



RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO: ANÁLISES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE AS
PERMANÊNCIAS E OS AVANÇOS NA DESIGUALDADE

Ariane Favareto
a.favareto@uol.com.br
CPDA/UFRRJ
Brasil



RESUMO

As práticas sociais femininas vêm se alterando nas últimas décadas, sobretudo em países da América Latina. Novas formas de agir, pensar e participar de movimentos e grupos sociais têm dado às mulheres mais visibilidade, inclusive enquanto indivíduos essenciais para a promoção de desenvolvimento econômico e social, como apontam algumas agências internacionais (Banco Mundial, 2012; ONU, 2015; Rimisp, 2015). No Brasil dados do decênio 2000-2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que indicadores como educação, renda e acesso a empregos têm aumentado entre as mulheres. Apesar disso, a desigualdade de gênero ainda é latente e facilmente identificada em diversas esferas da vida social. No trabalho, as mulheres ainda recebem salários menores que os homens para realizar o mesmo tipo de tarefa, além de ocuparem postos atribuídos historicamente como sendo tipicamente femininos. Na esfera familiar, elas ainda são responsáveis pela reprodução social, das tarefas domésticas ao cuidado com os filhos. Ou seja, se por um lado podem ser observados avanços na igualdade, por outro, ainda existem elementos que permitem uma leitura de permanência e até mesmo reprodução da desigualdade de gênero. Há, portanto, um interessante cenário para análise na sociedade contemporânea que mescla novas e antigas práticas sociais abrindo um novo leque de investigações acerca das relações sociais de gênero. A proposta desse artigo é promover uma revisão da literatura sobre a categoria analítica de gênero tendo por base essa nova realidade. Busca-se, portanto, compreender como as ciências sociais vêm tratando essas novas dinâmicas, em especial, as leituras teóricas e metodológicas que direcionem as análises das relações sociais de gênero para as relações de poder, expressas assimetricamente nos diversos espaços e configurações sociais nos quais as mulheres estão inseridas. Espera-se, dessa forma, contribuir para o debate feminista, sobretudo no que concerne às mais recentes formas de análise sobre a desigualdade de gênero.

ABSTRACT

Female social practices have been changing in recent decades, especially in Latin American countries. New ways of acting, thinking and participating in social movements and groups have given women more visibility, including as essential individuals for the promotion of economic and social development, as some international agencies point out (World Bank, 2012, UN, 2015, Rimisp, 2015). In Brazil data from the 2000-2010 decade of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) show that indicators such as education, income and access to jobs have increased among women. Despite this, gender inequality is still latent and easily identified in various spheres of social life. At work, women still receive lower wages than men to perform the same type of job, as well as occupying posts historically attributed to being typically female. In the family sphere, they are still responsible for social reproduction, from household chores to child care. That is, if, on the one hand, advances can be observed in equality, on the other, there are still elements that allow a reading of permanence and even reproduction of gender inequality. There is, therefore, an interesting scenario for analysis in contemporary society that mixes old and new social practices opening a new range of investigations



about the social relations of gender. The purpose of this article is to promote a review of the literature on the analytical category of gender based on this new reality. It seeks, therefore, to understand how the social sciences are treating these new dynamics, especially the theoretical and methodological readings that direct the analyzes of the social relations of gender to the relations of power expressed asymmetrically in the diverse spaces and social configurations in which the women are inserted. It is hoped, therefore, to contribute to the feminist debate, especially with regard to the most recent forms of analysis on gender inequality.

Palavras chave

Igualdade de gênero; Agências Internacionais; Poder.

Keywords

Gender equality; International Agencies; Power.



I. Introdução

A última década foi palco de mudanças no que concerne ao tema igualdade de gênero e à visibilidade de mulheres nas relações sociais e nos movimentos políticos. Ainda em 2000 a ONU lançou os objetivos do milênio, uma parceria global para atingir a redução da pobreza extrema, e um dos objetivos foi nominalmente voltado à igualdade entre os sexos e à autonomia das mulheres. O mesmo cenário pode ser observado na América Latina, cujas análises sobre pobreza do Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp, 2015) sugerem que a desigualdade de gênero afeta a qualidade de vida das mulheres e também os processos de desenvolvimento dos países latino-americanos. O relatório é parte de uma série de estudos sobre a desigualdade cujos resultados indicam que há uma distribuição desigual de autonomia nos diferentes territórios no interior dos países, resultando em diferentes acepções quanto à desigualdade, influenciando na capacidade de agência das mulheres. O relatório conclui que maior diversidade econômica e políticas públicas contribuem para aprimorar os ativos das mulheres, refletindo em maior qualidade de vida.

Neste mesmo sentido, o relatório do Banco Mundial (2012) afirma que maior igualdade entre os sexos é importante para uma melhor eficiência econômica mundial, gerando resultados essenciais ao desenvolvimento no sentido de diminuir a pobreza e melhorar o acesso à justiça, bem como diminuir hiatos no bem-estar entre homens e mulheres. Dentre as melhorias observadas estão um aumento da expectativa de vida ao nascer, a diminuição do número de filhos, o aumento da escolaridade nos três níveis – fundamental, médio e superior – e a expansão de empregos representando um maior acesso ao mercado de trabalho.

Dados similares podem ser encontrados no Brasil. No período entre 2000-2010, números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados em resultados do Censo Demográfico, indicam que o número de mulheres analfabetas diminuiu de 12,9 para 9,10%. Em termos de renda é importante destacar que a renda média geral do brasileiro aumentou nesse decênio, passando de R\$ 1.292,93 para R\$ 1.335,06. As mulheres identificadas na categoria chefes de família também aumentaram no período analisado, se em 2000 elas representam 22,2%, em 2010 elas são 37,7%.



Acompanhando esses dados, a proporção de mulheres com 16 anos ou mais de idade sem nenhum rendimento caiu no período de 45,3% para 30,4%. Apesar disso, a proporção de mulheres que recebem um salário mínimo aumentou, significando que apesar de ter um rendimento próprio, as mulheres recebem pouco pelo trabalho prestado. O baixo salário e, principalmente, a diferença de renda das mulheres em relação aos homens é tema constante nos debates feministas e revelador da desigualdade nas relações de gênero.

De um modo geral, os números apresentados seguem a série positiva encontrada no relatório da ONU (2015) que avalia os objetivos do milênio, mas as desigualdades entre os gêneros ainda são latentes, reproduzidas diariamente e se apresentam de forma diferenciada quando as análises recaem sobre raça, região e geração. Seriam as variáveis elencadas pelas agências internacionais suficientes para mensurar a igualdade de gênero? De que maneira as ciências sociais vêm discutindo esse tema? O objetivo desse artigo está circunscrito na análise de artigos recentes elaborados por pesquisadores das ciências sociais cujo tema verse sobre a igualdade de gênero. Espera-se compreender de que forma os autores abordam a questão da desigualdade entre homens e mulheres e em que parâmetros se baseiam em suas análises.

A temática aqui desenvolvida é parte de minha pesquisa de doutorado que investiga as práticas sociais de mulheres rurais em um contexto de transformações.

II. Marco teórico/marco conceitual

As primeiras discussões acerca da temática gênero e desenvolvimento ocorreram em meados da década de 1970 sob uma visão de que a mulher deveria ser inserida nos processos de desenvolvimento. Pereira (2015) destaca que as primeiras discussões em torno da questão de gênero e desenvolvimento se deram a partir dos estudos realizados pela economista dinamarquesa Ester Boserup na década de 1970 que demonstra que a industrialização no chamado “terceiro mundo” provocou a perda de postos de trabalho baseado em atividades artesanais exercidas pelas mulheres, que passam a ser industrializadas nas fábricas utilizando mão de obra predominantemente masculina. Dessa forma, a modernização acaba por excluir as mulheres do processo produtivo, casos



especialmente presentes, para a autora, em áreas rurais dos países periféricos. Pereira argumenta que na visão de Boserup, seria a diferença sexual responsável pela expulsão das mulheres do mercado produtivo e inspirou enfoques de desenvolvimento por parte de agências internacionais que na década de 1970 previam a facilitação da entrada da mulher no mercado de trabalho de forma a dirimir a desigualdade.

Pereira (2015) e Barragón *et al.* (2016) esclarecem que esse enfoque esteve baseado em questões práticas, ou seja, no papel feminino desempenhado na garantia da reprodução social dado tanto por sua atribuição de cuidados com a família, como por suas habilidades em tratar das economias domésticas, elas eram consideradas “um recurso humano pouco aproveitado” para os propósitos de desenvolvimento. Nesse sentido, a mulher é vista como um indivíduo a ser ajudado, reforçando seu papel secundário na esfera produtiva, conformando a ideologia liberal que embasou as propostas de desenvolvimento desse período.

O conteúdo liberal dessas propostas gerou crítica das correntes feministas com inspiração marxista que, por sua vez, situam a base da opressão feminina nas estruturas desiguais de classe. Nesse sentido, reivindicavam que para que ocorresse a emancipação feminina, seria necessário incluí-las no mercado de trabalho, inserindo-as no espaço produtivo. Essa leitura crítica considera que o trabalho feminino dispendido na esfera doméstica, entendido como um trabalho sem valor econômico, contribuiria para a manutenção da sociedade mercantil ao reproduzir a força de trabalho necessária ao capitalismo.

Tanto a abordagem liberal quanto a marxista focam suas leituras sobre a situação da mulher e o desenvolvimento – e, portanto, a igualdade de gênero – em pares de oposição. Enquanto o espaço produtivo é público e ocupado pelo homem, o espaço reprodutivo é privado e ocupado pela mulher. Essa diferenciação configura dois domínios apartados que definem os papéis desempenhados por homens e mulheres tendendo, portanto, a ignorar as relações sociais de gênero e os diferenciais de poder embutidos nessa relação.

Na década de 1980 o movimento feminista procura destacar a questão das relações de poder e faz emergir a categoria gênero no debate sobre desenvolvimento, conformando uma nova corrente. Barragón *et al.* (2016) esclarecem que o enfoque “gênero e desenvolvimento” tem raízes no



movimento feminista socialista e na crítica pós-estruturalista que busca encerrar com a questão da oposição entre público-homem e privado-mulher, jogando luz para as relações de poder que geram opressão e submissão, inclusive as constantes nas dimensões classe e raça. Por isso, a concepção de políticas voltadas à redução da pobreza deveria considerar esses diferenciais.

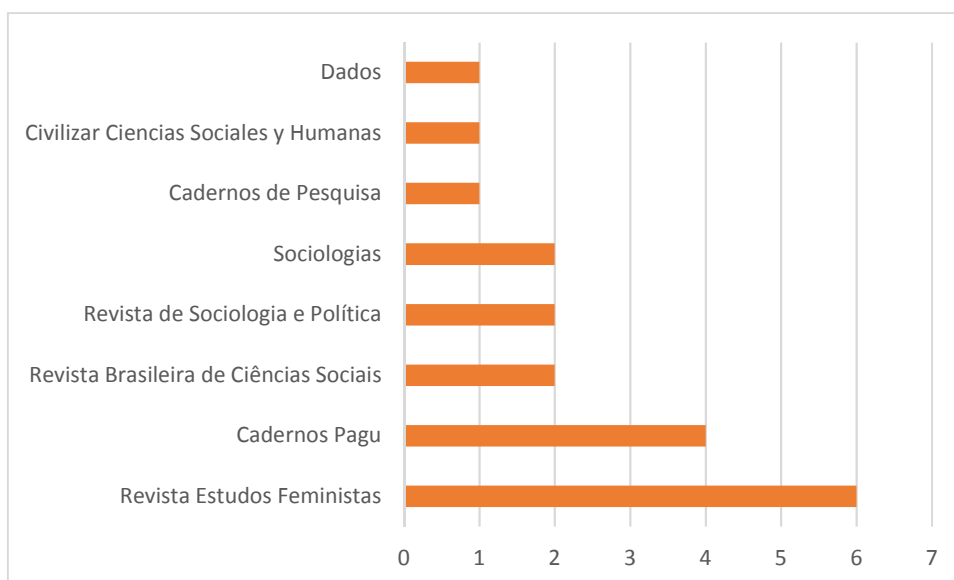
Essa perspectiva destaca que os papéis que mulheres e homens desempenham na sociedade são construídos socialmente, o que ilumina os processos de socialização pelos quais passam ao longo da vida e se reproduzem nas gerações. Em outras palavras, não se atribui à mulher capacidades distintas dos homens definidas biologicamente. Ambos teriam as mesmas potencialidades para o trabalho e para a participação na economia e na sociedade, mas as diferenças seriam dadas culturalmente.

III. Metodologia

Atendendo ao principal objetivo a que esse artigo se dedica, qual seja, compreender dentre as produções recentes como vem sendo tratado o tema da igualdade de gênero nas ciências sociais, foi realizado um levantamento na base de dados *Scielo* utilizando o termo “igualdade de gênero” no sistema de busca, tendo como parâmetro o período compreendido entre os anos de 2000 a 2017. A pesquisa baseada em artigos se justifica pela ampla divulgação e facilidade de acesso que as plataformas desse tipo oferecem aos pesquisadores, conformando uma ferramenta útil e com acessibilidade a qualquer pessoa que tenha acesso a internet. Assim, o foco recai sobre a amplitude que os artigos conseguem atingir.

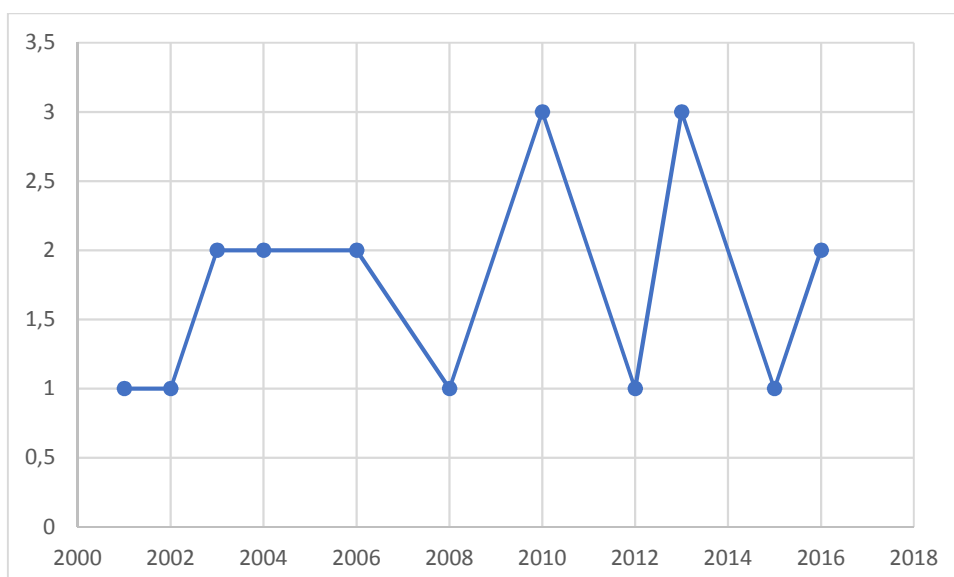
Inicialmente foram encontrados um total de 74 artigos que foram refinados com foco na produção da área temática “Ciências Humanas”, resultando em 49 artigos publicados em 25 diferentes periódicos, sendo priorizados os voltados a estudos das Ciências Sociais, Estudos Feministas e de Gênero. Esse último refinamento resultou num total de 19 artigos.

Figura 1 – Número de publicações por periódico



Observa-se na figura acima que a maioria dos artigos que tratam do tema igualdade de gênero foram publicados em revistas específicas que divulgam pesquisas feministas (Revista de Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Revista Pagu, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), podendo indicar que a produção acadêmica sobre esse tema ainda tem investimento restrito.

Figura 2 – Número de publicações por ano





Quanto ao período de publicações observa-se um pico nos anos de 2010 e 2013 denotando que as pesquisas voltadas à igualdade de gênero nas ciências sociais não apresentam uma linearidade, mas estão presentes nos anos recentes nas produções acadêmicas. Cada um dos artigos foi analisado, sobretudo, no que tange ao referencial teórico utilizado na definição do tema igualdade de gênero e, no caso de pesquisas aplicadas, as variáveis pensadas na aferição das assimetrias.

Os temas e a tônica dada em cada um dos artigos elencados serão discutidos na próxima seção.

IV. Análises e discussão dos dados

De uma maneira geral, os artigos analisados versam sobre três grandes temas que se inserem no debate sobre a igualdade de gênero. Num primeiro bloco, que apresenta o maior número de artigos, estão os estudos realizados sob a ótica institucional incluindo a própria formação de espaços que têm por responsabilidade o debate sobre a promoção da igualdade, implementação de políticas públicas e a participação política feminina. Num segundo bloco estão os artigos que tratam da reprodução das desigualdades, tendo por fio condutor a perspectiva da sociedade patriarcal como definidora de papéis femininos e masculinos que são naturalizados nas mais diversas dimensões da vida social. No terceiro e último bloco estão as análises sobre o papel das agências internacionais como promotoras de ações voltadas para a igualdade de gênero.

Análises institucionais

Ruiz (2013) argumenta que a inclusão de mulheres em espaços democráticos é necessária para o incremento da própria democracia. Nesse sentido, Boni (2004) aborda a questão de diferenciais de poder e igualdade entre dirigentes sindicais rurais, revelando a ausência de mulheres em cargos de direção nos sindicatos analisados. Como pano de fundo, a autora destaca que há prevalência nesses espaços da discussão de classe e as questões de gênero são secundárias, sublinhando o destaque nas leituras dicotômicas que naturalizam e fixam os papéis de gênero e a divisão entre espaço público e privado, com peso de responsabilidade das tarefas doméstica e de cuidado sob responsabilidade feminina. Por esse motivo, o trabalho das mulheres no sindicato é considerado como ajuda e muitas



vezes esses valores são reproduzidos na própria narrativa das mulheres que se sentem culpadas por não conseguir agir como os homens.

Sabino e Lima (2015) analisam a representatividade feminina em cargos públicos brasileiros, tendo por base as eleições realizadas nos anos de 2008 e 2010 que elegeram candidatos municipais, estaduais e federais e, também, a política de cotas implementada no país em 1995. As autoras apontam como principais dificuldades para que as mulheres ascendam a cargos públicos a conciliação entre a vida pública e privada, ausência de capital político, baixo financiamento nas campanhas e a própria hierarquia de gênero. Apontam como possíveis caminhos para alterar a baixa adesão de mulheres a participação em espaços de gestão comunitária (secretarias municipais, orçamentos participativos e conselhos municipais), além de seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos.

Contudo, a própria constituição desses espaços é permeada por relações políticas que irão determinar as possibilidades de participação. É o que revela Santos (2006) ao analisar a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina do estado de São Paulo que desde sua fundação esteve ligado diretamente ao governo estadual, o que inibiu parte do movimento feminista do estado de participar de suas atividades por discordância partidária-ideológica. Além disso, a autora revela a ausência de orçamento próprio e de remuneração das conselheiras como entraves ao pleno desenvolvimento da instituição. Apesar disso, revela que sua implementação fez parte das ações do movimento feminista, mesmo em face da demanda internacional por espaços voltados para a elaboração de políticas públicas visando a igualdade de gênero.

Da mesma forma, Monteiro (2013) analisa o feminismo de Estado em Portugal e a implementação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero, representando um mecanismo oficial de articulação entre o movimento de mulheres na promoção de políticas de igualdade. A autora revela que tal comissão assumiu mais um papel de coordenação e implementação de políticas do que um ente político propriamente, concluindo que a promoção das políticas voltadas à igualdade teve seu processo iniciado no país por meio dessa comissão.

Essas autoras apontam em suas análises que os interesses políticos podem acabar sobrepujando as demandas dos movimentos feministas e é nesse sentido que Machado (2016) reflete sobre os feminismos brasileiros e as relações com o Estado na atualidade. A autora discorre sobre os



temas debatidos desde a década de 1970 e sua interseção com os governos, culminando na criação em 2003 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A partir de sua implementação, há uma série de conferências nacionais e a formação de uma coalizão entre os movimentos feministas e o Estado que resultou na implementação de políticas públicas transversais em diversos ministérios federais. A autora aponta como marco a aprovação da Lei Maria da Penha contra a violência doméstica. Todo esse quadro favorável sofre um revés em anos posteriores e os interesses políticos acabam por ditar as regras do jogo, ficando de lado as demandas feministas pela discussão sobre a legalização do aborto e o debate sobre uma abordagem de gênero na educação. Ao contrário, o que se viu foi a criação de diversas frentes parlamentares com embasamento num Estado Moral que passam a demonizar o movimento feminista, inclusive em espaços midiáticos que detêm. Mesmo com esse quadro desfavorável em termos institucionais, a autora enfatiza que o movimento feminista brasileiro vem construindo outros espaços de debate, especialmente em redes virtuais.

Assim, é no contexto do Estado que vão se formatando conceitos que são traduzidos na formulação de legislações, é o que pontua Urrutia (2012) em análise que revela a relação entre os conceitos de família, gênero e cidadania que embasaram as leis no Chile entre 1990 e 2004, prevalecendo o viés de família tradicional em que são reservados às mulheres os papéis tradicionais de gênero, baseados nas tarefas voltadas à reprodução social.

Além da legislação a visão que o Estado estabelece embasa a formulação e implementação de políticas públicas. Para Leite e Souza (2010) o período apontado anteriormente como de coalizão entre o movimento feminista e o Estado brasileiro foi responsável pela implementação de políticas que alçaram um conjunto de metas e ações voltados ao emprego, representando um avanço considerável no combate às desigualdades sociais, ocorrendo o mesmo com o movimento negro. Já Rosemberg (2001) que analisa as políticas educacionais nos anos 1990 ressalta o caráter mercantilista dado pelas políticas neoliberais implementadas no Brasil naquela década, afirmando que mesmo havendo mais acesso das mulheres ao ensino superior, ainda ocorria forte segmentação sexual nas escolhas das carreiras, além disso, havia reprodução de desigualdade de gênero nos materiais didáticos. Ainda quanto a implementação de políticas públicas, Faria (2002) aborda o tema da divisão sexual do trabalho na Suécia, expondo um sistema de seguridade para pais e mães que visava fomentar



a partilha igualitária das tarefas domésticas. As políticas, aliadas a infraestrutura de serviços (como creches, por exemplo), boas condições de trabalho e salários igualitários influenciaram a permanência das mulheres no mercado de trabalho, mesmo assim conclui o autor, as mulheres continuam dispendendo mais tempo com trabalho não remunerado que os homens, demonstrando que a divisão das tarefas domésticas ainda é determinada pelo gênero, mas com tendência crescente de maior compartilhamento.

Apesar de não trazer uma perspectiva institucional, Cyfer (2010) debate em seu artigo a interseção entre o liberalismo e o feminismo. Ao analisar duas pensadoras (Carole Pateman e Martha Nussbaum), a autora enfoca as dicotomias público-privado e cultura-natureza, concluindo que ambas compreendem a igualdade de gênero na forma como se dá a valoração na distribuição de bens sociais que, por sua vez, é dada no peso das diferenças biológicas que delimita o que é masculino e feminino em cada sociedade e que define os espaços públicos como coletivos e privados como domésticos. Nesse sentido, o problema estaria centrado na intervenção estatal em espaços privados, importando, portanto, a interdependência entre essas duas esferas, ou seja, quando as questões individuais tomam formas coletivas.

Reprodução das desigualdades

Alguns autores iluminam aspectos da vida cotidiana que acabam sendo definidos pela estrutura de dominação patriarcal da sociedade. Siqueira e Rocha (2008) analisam as construções de diferenças de gênero entre alunos de medicina de uma faculdade brasileira, partindo do pressuposto que estão ocorrendo redefinições sobre o pertencimento e identidades nas novas gerações. Ao analisar espaços informais de convivência, elas concluem que há heterogeneidade nos discursos dos alunos, que vão desde a reprodução dos comportamentos naturalizados como femininos e masculinos até experimentações em novas formas de ser.

São vários os segmentos que colaboram na construção ou afirmação de representações de identidades, Silva (2013) destaca em seu artigo a controvérsia entre teóricos liberais e o movimento feminista norte americano no que concerne a proibição de veiculação de material pornográfico naquele país, enfatizando que para os primeiros as demandas feministas se baseiam em uma visão



moralista e antiliberal, enquanto que as feministas consideram os materiais pornográficos responsáveis por reproduzir práticas misóginas e de intolerância, estimulando a violência contra as mulheres. O autor pondera sobre a dificuldade em estabelecer uma relação direta entre a pornografia e a desigualdade de gênero, motivo pelo qual a questão continua em aberto.

A análise da propriedade fundiária na América Latina tendo o viés de gênero como perspectiva é o objetivo de Deere e León (2003) que evidenciam as diferenças no acesso à terra, uma vez que os homens são favorecidos pela herança, pelo mercado e pelo Estado nas políticas de reforma agrária. Porém, anunciam que avanços vêm sendo obtidos, como por exemplo, na possibilidade de escritura conjunta das terras.

Papel das agências internacionais

A visibilidade dada ao tema da igualdade de gênero pelas agências internacionais, especialmente pela ONU nos objetivos do milênio seguido pelos objetivos do desenvolvimento sustentável conforme discutido anteriormente, inspirou estudos na área das ciências sociais. Barroso (2004) analisa a interseção entre as metas 1 e 3 do milênio da ONU, enfatizando ser as desigualdades educacionais um importante componente na desigualdade de gênero. Para isso, a autora se debruça sobre o relatório produzido pelos grupos de trabalho das referidas metas. A escolaridade seria responsável pelo empoderamento feminino pois melhora a qualidade de vida de toda a família, com aumento do potencial de renda, autonomia nas decisões pessoais, controle da fertilidade e participação na vida pública, porém, para que todas essas melhorias ocorram importam os aspectos culturais de cada sociedade. Desse modo, o relatório enfatiza que por si somente a educação não é transformadora, mas tem que estar em consonância com outras mudanças de normas e das relações de poder. O relatório aponta, ainda, que há maior porcentagem de meninas matriculadas nas escolas na América Latina, porém, persistem desigualdades que se reproduzem nas salas de aula, por exemplo, no incentivo às carreiras profissionais tradicionalmente femininas que são consideradas de menor prestígio e remuneração.

Sorj (2016) analisa relatório elaborado pela ONU Mulher que trata sobre o progresso que as mulheres têm obtido ao redor do mundo, produzido em 2015. Segundo a autora, o relatório está



baseado em estudos feministas e assume a referência analítica do conceito de “igualdade substantiva”, identificando a existência de barreiras estruturais e normas discriminatórias de gênero que reproduzem desigualdades. O relatório aponta como proposta que as políticas macroeconômicas devem ser formuladas visando a igualdade de gênero e a justiça social. Por exemplo, quanto ao trabalho remunerado, o relatório afirma ser essencial para que haja igualdade a partilha entre as tarefas domésticas e de cuidado, para isso, indica investimentos em infraestrutura e serviços, como creches por exemplo. Ao evidenciar a partilha das tarefas domésticas, haveria tempo para que as mulheres se dedicassem a outros tipos de investimentos, além disso, o trabalho feminino deve gerar renda suficiente e dar tratamento digno às mulheres. Para a autora, o relatório omite questões relativas à mobilidade urbana, mas avança ao enfatizar mudanças estruturais e de longo alcance.

Por um outro viés, Labrecque (2010) evidencia que a recomendação quanto à transversalização da perspectiva de gênero em políticas e ações, dada na conferência de Beijing em 1995, acabou por instrumentalizar as mulheres. Para ela, o sentido da instrumentalização se dá quando as mulheres são colocadas de maneira estratégica, envolvidas nos processos de mercantilização que se aproveitam de seu trabalho subvalorizado e gratuito. Com essa prática a mulher é visualizada como um recurso não aproveitado, reforçando as desigualdades de gênero. Sua análise recai sobre o México, numa perspectiva que procura compreender como uma recomendação internacional se revela em contextos nacional e local, uma vez que a transversalização consiste num conjunto de teorias e práticas propagadas globalmente que assumem formas diferenciadas nos contextos em que se aplicam. Ao pesquisar sobre um programa de microcrédito voltada para mulheres rurais, a autora afirma que essa política funciona como um instrumento de transformação das mulheres em “atores econômicos eficientes”, reforçando o sucesso individual, não atuando sobre a pobreza, nem questionando as estruturas patriarcais e as relações de poder aí envolvidas.

Outras referências

Dos artigos pesquisados para conformar essa pesquisa, duas análises quanto à igualdade de gênero fogem dos escopos acima elencados. O primeiro deles trata da formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Schaaf (2003) apresenta que o movimento surge inicialmente com a



motivação de promover a emancipação de mulheres rurais por meio da conscientização obtida pelo convívio com outras mulheres. A autora enfatiza que no campo o feminismo não encontrou ressonância, sendo a organização de mulheres parte das premissas da Teologia da Libertação e, posteriormente, a organização delas se deu via sindicalismo. A ideia de cuidar do outro aparece aqui como motivação para a participação, como uma autorrealização. É na coletividade que se aprende a cidadania, dada as características de isolamento da vida rural. A partir da participação no movimento, a identidade feminina rural se recria entre as ideias da natureza feminina e as ideias inovadoras, redefinindo relações de poder. A igualdade entre as mulheres rurais se dá pela construção da cidadania, diferente do urbano. A autora finaliza destacando a importância de análise do contexto na compreensão do que significa igualdade.

A questão da violência doméstica no Timor Leste é o tema abordado por Simião (2016) que tece suas análises a partir da independência do país, dada em 2002, momento em que são iniciadas campanhas com o apoio de agências internacionais sobre a igualdade de gênero e, especialmente, sobre a violência doméstica. O autor enfatiza o aumento das denúncias no período evidenciando a existência de uma nova narrativa sobre gênero e sexualidade, contudo, gênero não representa uma diferenciação crucial nos discursos e nas práticas sociais no Timor Leste e a violência é parte do processo de socialização. A criação de institucionalidades preocupadas com a questão da violência doméstica instituiu o tema como crime e criou um aparato legal para o Estado. Tal aparato está ressignificando o conceito local de violência, aumentando o número de denúncias. O autor conclui que a violência doméstica no Timor Leste está sendo “inventada” pelos moradores que definem níveis de violência, a agressão realizada com a intenção de educar é tida como normal, já a ofensa moral é tida como violência.

V. Conclusões

Sem dúvida ao longo do final do século passado e início desse o tema da igualdade de gênero vem ganhando fôlego, seja por meio das agências internacionais ou via Estados – sobretudo os de ideologia progressista – com implementação de ações e políticas públicas voltadas para dirimir as



assimetrias existentes entre homens e mulheres. As análises recentes das ciências sociais que versam sobre o tema foram anteriormente expostas e divididas em três blocos.

Num primeiro bloco estão concentrados os estudos de ambientes institucionais e implementação de políticas públicas. Aqui, pode-se observar uma tendência da maioria dos autores em avaliar tais ações como positivas, embora a própria realidade cultural de cada país seja reproduzida nos espaços em que há participação feminina, hierarquizando e definindo papéis com base nos valores da sociedade patriarcal. Em que se pese a dificuldade de estabelecer coalizões entre os movimentos feministas e os Estados, avanços foram garantidos na conquista de direitos e na representação – por meios formais e virtuais – resignificando identidades. Tal movimento é exposto dentre os pesquisadores que situei no segundo bloco de artigos que apresentam a reprodução das desigualdades, porém com novas nuances diversas das encontradas em gerações anteriores em que as posições sociais de homens e mulheres eram muito mais marcadas que na atualidade, influenciando carreiras e formas de reprodução social. No terceiro e último bloco estão os artigos que analisam o papel das agências internacionais que apontam a existência de barreiras estruturais impossíveis de serem ultrapassadas sem a articulação entre as várias esferas institucionais e de relações de poder. Sem tais correlações corre-se o risco de repetição da problemática exposta na década de 1970 cuja visão da mulher como um recurso humano não aproveitado no campo da economia tende à instrumentalização.

De uma maneira geral, as relações de poder trazidas pela perspectiva pós-estruturalista são tratadas nos artigos aqui analisados, em maior ou menor grau, contudo ainda há a presença das dicotomias público-privado e cultura-natureza, enfatizada nas teorias liberal e marxista. Excetua-se dessa leitura dois artigos que traduzem contextos específicos que buscam compreender como as questões da desigualdade se dão em determinadas configurações sociais. Nesse sentido, parece ser crucial questionar a naturalização das categorias analíticas utilizadas de modo a perceber que cada modelo de organização social carrega em si formas de realizar o poder de decisão de homens e mulheres.



VI. Bibliografia

BANCO MUNDIAL (2012). Igualdade de gênero e desenvolvimento. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>> Acesso em 17/02/2016.

BARRAGÓN, Margarita; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia M.; SANTINALA, Alejandra (2016). Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo.

BARROSO, Carmen (2004). Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. *Cad. Pesqui.* [online], vol.34, n.123, pp.573-582. ISSN 0100-1574.

BONI, Valdete (2004). Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.12, n.1, pp.289-302. ISSN 0104-026X.

CYFER, Ingrid (2010). Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Rev. Sociol. Polit.* [online], vol.18, n.36, pp.135-146. ISSN 1678-9873.

DEERE, Carmem Diana e LEON, Magdalena (2003). Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias* [online], n.10, pp.100-153. ISSN 1517-4522.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2002). Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia: restructuration de la division du travail domestique en suède. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online], vol.17, n.48, pp.173-196. ISSN 1806-9053.

GOMEZ URRUTIA, Verónica Edith (2012). Divórcio à la chilena: família, gênero e cidadania no Chile, 1990-2004. *Rev. Sociol. Polit.* [online], vol.20, n.44, pp.177-195. ISSN 1678-9873.

JARAMILLO RUIZ, Felipe (2013). Democracy, parity and change. An institutional space for gender relations. *Civilizar* [online], vol.13, n.25, pp.67-84. ISSN 1657-8953.



LABRECQUE, Marie France (2010). Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.18, n.3, pp.901-912. ISSN 0104-026X.

LEITE, Marcia de Paula e SOUZA (2010), Silvana Maria de. Igualdade de gênero e raça no Brasil: uma discussão sobre a política pública de emprego. *Dados* [online], vol.53, n.1, pp.195-232. ISSN 0011-5258.

MACHADO, Lia Zanotta (2016). Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cad. Pagu* [online], n.47. Epub 22-Jul-2016. ISSN 1809-4449.

MONTEIRO, Rosa Filomena Brás Lopes (2013). Desafios e tendências das políticas de igualdade de mulheres e homens em Portugal. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.21, n.2, pp.535-552. ISSN 0104-026X.

ONU (2015). The Millennium Development Goals Report.

PEREIRA, Rosângela S (2015). Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) *Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. p. 17-41.

RIMISP. Poverty and inequality: latin american report 2015. Disponível em <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Sintesis-Rimisp-Ing-2015-V4-Completo.pdf>>, acesso em 15/03/2016.

ROSEMBERG, Fúlvia (2001). Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cad. Pagu* [online], n.16, pp.151-197. ISSN 1809-4449.

SABINO, Maria Jordana Costa e LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales (2015). Igualdade de gênero no exercício do poder. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.23, n.3, pp.713-734. ISSN 0104-026X.

SANTOS, Yumi Garcia dos (2006). A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cad. Pagu* [online], n.27, pp.401-426. ISSN 1809-4449.

SILVA, Júlio César Casarin Barroso (2013). Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de gênero. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.21, n.1, pp.143-165. ISSN 0104-026X.

SIMIAO, Daniel Schroeter (2006). Representando corpo e violência: a invenção da "violência doméstica" em Timor-Leste. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online], vol.21, n.61, pp.133-145. ISSN 1806-9053.



SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de e ROCHA, Glória Walkyria de Fátima (2008). A construção de diferenças de gênero entre estudantes de medicina. *Cad. Pagu* [online], n.30, pp.231-268. ISSN 1809-4449.

SORJ, Bila (2016). Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol.24, n.2, pp.617-620. ISSN 0104-026X.

VAN DER SCHAAF, Alie (2003). Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias* [online], n.10, pp.412-442. ISSN 1517-4522.